

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CED
CURSO DE PEDAGOGIA**

MÔNICA CUNHA DOS SANTOS

**APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA NO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**FLORIANÓPOLIS – SC
FEVEREIRO, 2020**

MÔNICA CUNHA DOS SANTOS

**APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA NO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Profa. Dra. Maria Sylvia Cardoso Carneiro.

FLORIANÓPOLIS – SC

FEVEREIRO, 2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Mônica Cunha dos

Apontamentos Históricos sobre a Inclusão de Crianças com Deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina / Mônica Cunha dos Santos ; orientador, Maria Sylvia Cardoso Carneiro, 2020.
65 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Inclusão Escolar. 3. Crianças com deficiência . 4. Educação Infantil e Educação Especial . 5. Núcleo de Desenvolvimento Infantil. I. Carneiro, Maria Sylvia Cardoso. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.

MÔNICA CUNHA DOS SANTOS

**APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA NO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia, e aprovado em sua forma final pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2020.

Profa. Dra. Jocemara Triches
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Sylvia Cardoso Carneiro
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Mônica Teresinha Marçal
Membro titular
Faculdade Municipal de Palhoça

Profa. Dra. Ana Carolina Christofari
Membro titular
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todas as crianças do NDI em especial aquelas que me encantaram e alegraram meu estágio não obrigatório.

Dedico a minha orientadora Maria Sylvia Cardoso Carneiro por toda a sua dedicação e carinho, sempre me acalmando nas minhas eternas ansiedades e angústia.

Dedico este trabalho a minha família por me incentivar sempre aos meus estudos. Minha mãe Maristela, meu pai Júnior, a minha filha Beatriz e ao meu esposo Adriano.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho representa a conquista de uma nova vida; deixo para trás os desafios, as dificuldades, as angústias e ansiedades que passei. Agradeço a todos que me ajudaram.

A Deus, luz divina e força constante para concluir este trabalho.

Agradeço aos meus pais, a quem devo tudo o que sou hoje, por sempre estarem presentes em minha caminhada.

Agradeço a minha filha Beatriz dos Santos Vieira, por ser uma menina meiga, carinhosa e que está sempre de bem com a vida.

Agradeço ao meu marido Adriano Maluf Teixeira, por sempre estar ao meu lado, me incentivando e por não deixar que eu desistisse. Obrigada por fazer parte da minha vida e da Beatriz, por ser uma pessoa maravilhosa, carinhoso e dedicado com nossa família.

Não foi fácil chegar até aqui, depois de dezoito anos formada no Curso de Serviço Social desta mesma Universidade, começando uma nova etapa em minha vida.

Não foi fácil acompanhar e estar inserida em uma turma com meninas da idade da minha filha, que acabaram se tornando filhas, como a Laura Henzel e a Ana Carolina Koerich.

Conheci a Laura no Pet – Pedagogia; menina meiga, carinhosa e muito dedicada aos seus estudos, verdadeira guerreira.

Ana Carolina, a filha do coração como ela mesma fala. Veio para ficar na minha família como uma filha. Menina alegre, engraçada e muito determinada. Conheci a Ana no estágio não obrigatório no NDI; encantou a mim e a todos no NDI.

O que falar do trio, como somos conhecidas, Ivileti Baggio, Jane Turrer e Mônica. O trio da terceira idade, desde a primeira fase, sentamos juntas e permanecemos juntas até o final, na angústia, na alegria e na tristeza. Amigas que conquistei e ganhei durante esses cinco anos e com certeza permanecerão por muitos e muitos anos.

Ao amigo Antoniel, que também fez parte do grupo da terceira idade, parceiro em sala de aula, nos trabalhos, provas e companheiro de estágio, no estágio obrigatório em parceria com a Jane. O trio fez o maior sucesso nos Anos Iniciais, deixando saudade na turminha que atuamos.

À amiga Carolina Amarante, que marcou a minha trajetória na UFSC, contribuiu muito para o meu aprendizado com dicas valiosas na escrita e trabalhos durante o curso e me acalentou no TCC.

Em especial às colegas Flávia e Meri da secretaria que muito me ajudaram no que sempre precisei.

Agradeço a todos que fazem parte do NDI, em especial à direção, pela autorização concedida para a elaboração deste trabalho.

Às meninas do estágio não obrigatório no NDI, com as quais trabalhei entre os períodos de 2017 a 2018.

Agradeço a parceria com os professores no trabalho pedagógico, durante esses dois anos de estágio não obrigatório no NDI, compartilhando seus ensinamentos com muita paciência e dedicação em todos os momentos com as crianças, explicando o passo a passo das propostas pedagógicas desenvolvidas.

Agradeço às professoras: Josiana Piccolli, Ligia Mara Santos, Rúbia Vanessa Vicente Demetrio, Andressa Joseane da Silva e Débora Cristina de Sampaio Peixe, nestes dois anos de estágio não obrigatório que me ensinaram muito no dia-a-dia com as crianças do NDI.

Agradeço às professoras do NDI, Margareth Feiten Cisne e Juliete Schneider, a psicóloga do NDI Camilla de Amorim Ferreira que me ajudaram muito na construção do pré-projeto.

Agradeço à professora Mônica Marçal que sempre esteve disponível em ajudar, sempre esteve ali ao meu lado, me incentivando durante longas conversas e possibilitando momentos prazerosos de estudos, que durante a construção do pré-projeto me ajudou muito dando dicas e indicações de leituras.

Agradeço a minha orientadora Professora Maria Sylvia Cardoso Carneiro, por não ter desistido de mim e ter acreditado que eu conseguiria. Durante a orientação, aconteceram vários empecilhos e problemas de saúde que me deixaram completamente sem chão e sem forças. Apesar das dificuldades que tenho, suas palavras de motivação foram fundamentais para que eu acreditasse mais em mim e colocasse no papel o que presenciei e vivenciei no estágio não obrigatório no NDI.

Agradeço às professoras Ana Carolina Christofari, Mônica Marçal e Rosalba Maria Cardoso Garcia por fazerem parte da Banca.

Obrigada por tudo!

Cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade, e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie Homo sapiens. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno. Morin (2000, p. 55).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como foi se constituindo historicamente o trabalho de inclusão escolar de crianças com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa sobre essa temática específica surgiu em decorrência do estágio curricular não obrigatório realizado no NDI/UFSC no período de março de 2017 a dezembro de 2018. A motivação para este estudo foi o desejo de compreender como se dá a inserção dessas crianças na educação infantil e como o NDI articula as ações de inclusão de crianças com deficiência. As questões que perpassam essa pesquisa vêm no sentido de fazermos as seguintes reflexões: Como ocorre o processo de inclusão escolar das crianças com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI)? De que forma a instituição se organiza para atender às crianças com deficiência em uma perspectiva inclusiva? A pesquisa teve abordagem qualitativa, usando a metodologia de estudo de caso, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. A metodologia utilizada favoreceu a compreensão de que o NDI já atendia crianças com deficiência, antes mesmo do edital de 2012 ter previsto 5 % das vagas para essas crianças. Outro marco histórico importante foi o ano de 2014, quando a forma de ingresso das crianças no NDI passou a ser por meio de sorteio público universal, com reserva de 5% das vagas para crianças com deficiência. A partir de 2016, como resultado de um Inquérito Civil instaurado no MPF/SC, os editais de ingresso passaram a prever o número de vagas para ingresso, com pelo menos uma criança com deficiência em cada grupo. Os editais passaram a prever também que crianças com deficiência passam a concorrer a vagas tanto na lista especial (com deficiência) quanto na lista geral (sem deficiência), aumentando suas chances de ingresso no NDI. Um dos principais resultados alcançados foi mostrar que o NDI articula as ações de inclusão de crianças com deficiência às atividades pedagógicas planejadas e desenvolvidas com todas as crianças, dentro dos princípios definidos na Proposta Curricular. A inclusão é compreendida, na instituição, como um princípio da sua proposta pedagógica.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Crianças com deficiência. Educação Infantil. Educação Especial. Núcleo de Desenvolvimento Infantil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização dos Grupos no NDI.....	20
Quadro 2 - Síntese do número de profissionais no NDI.....	36
Quadro 3 - Síntese da estrutura administrativa do NDI.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de crianças com deficiência matriculadas no NDI entre os anos 2013 a 2019.....	30
--	----

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- Número de crianças com deficiência matriculadas no NDI entre os anos 2013 a 2019.....	31
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDC - Biblioteconomia e Documentação
CAPS - Centros de Atenção Psicossocial
CDS - Centro de Desportos
CED - Centro de Ciências da Educação
CEN - Conselho Nacional de Educação
CEPE - Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CF - Constituição da República Federativa do Brasil
CFH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CIN - Ciências da Informação
DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DIP - Departamento de Integração Acadêmica e Profissional
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EE - Educação Especial
EED - Estudos Especializados em Educação
EI - Educação Infantil
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEN - Metodologia do Ensino
MPF/SC - Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Santa Catarina
NDI - Núcleo de Desenvolvimento Infantil
NEPE - Núcleo de Educação Pré-Escolar
PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
RU - Restaurante Universitário
SAS - Serviço de Atenção à Saúde
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVOS.....	17
1.1.1	Objetivo Geral	17
1.1.2	Objetivos Específicos	17
1.2	METODOLOGIA	17
2	CARACTERIZAÇÃO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL .	20
2.1	BREVE HISTÓRICO DO NDI	23
2.2	CRITÉRIOS DE INGRESSO	24
2.3	ESTRUTURA FÍSICA	32
2.4	PROFISSIONAIS	33
2.5	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	37
3	EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	40
4	AÇÕES DESENVOLVIDAS NO NDI PARA DAR SUPORTE ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE A – Declaração NDI	60
	APÊNDICE B – Roteiro Entrevista com a Psicóloga do NDI Camilla de Amorim Ferreira.	61
	APÊNDICE C – Roteiro Entrevista com Prof. Dr. Adriano Henrique Nuernberg	63
	APÊNDICE D – Autorização da Entrevista Camilla	64
	APÊNDICE E – Autorização da Entrevista Adriano	65

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como foi se constituindo historicamente o trabalho de inclusão escolar de crianças com deficiência¹ no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A decisão do direcionamento dos meus estudos para a inclusão escolar de crianças com deficiência no NDI se deu a partir da disciplina de Pesquisa em Educação II, da sexta fase do curso de Pedagogia da UFSC.

Ministrada pelo professor Dr. Jéferson Silveira Dantas, a ementa dessa disciplina é a seguinte: “O papel da teoria e da metodologia da pesquisa no processo de apreensão do contexto educacional. Subsídios para elaboração de projetos de pesquisa a partir de temas referentes à problemática educacional. A pesquisa e a formação de professores”. Nessa disciplina, cada estudante elaborou um pré-projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O interesse por essa temática específica de pesquisa surgiu em decorrência do estágio curricular não obrigatório que realizei no NDI/UFSC no período de março de 2017 a dezembro de 2018.

A ideia da pesquisa aguçou meu interesse em compreender como se dá a inserção dessas crianças na educação infantil e como o NDI articula as ações de inclusão de crianças com deficiência. Minha inquietação também decorre das experiências com crianças com deficiência nos grupos em que atuei como estagiária no NDI.

Foram muitas as dúvidas que surgiram no decorrer do estágio, com relação às especificidades de cada criança, principalmente das crianças com deficiência.

As questões que perpassam essa pesquisa vêm no sentido de fazermos as seguintes reflexões: Como ocorre o ingresso e o processo de inclusão escolar das crianças com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI)? De que forma

¹ Utilizo o termo crianças com deficiência para me referir às crianças com deficiência e com transtorno do espectro autista.

a instituição se organiza para atender às crianças com deficiência em uma perspectiva inclusiva?

A procura por matrícula de crianças com deficiência na educação básica regular vem crescendo gradualmente e com isso, se espera que as instituições proporcionem o atendimento a essas crianças, garantindo os serviços necessários para atender suas diferentes necessidades educacionais.

As políticas públicas dos anos 2000, em especial a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que prevê a matrícula das crianças com deficiência em contextos educacionais comuns, abriram caminho para que essas crianças passassem a ocupar espaços na escola regular desde a educação infantil. No Capítulo 3 será abordado, com mais detalhes, o objetivo da referida política.

Muitos professores, em sua formação acadêmica, não têm acesso a conteúdos e discussões relacionadas aos sujeitos da educação especial. Desta forma, em muitas instituições educacionais os professores acolhem as demandas específicas de crianças com deficiência, porém recebem pouca ou nenhuma capacitação, curso ou informação para o atendimento dessas crianças.

Por isso, o presente trabalho de pesquisa pretende também identificar como o NDI vem se articulando para enfrentar as lacunas na formação dos professores e outros profissionais para atender às demandas que surgem com o aumento das matrículas de crianças com deficiência.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender como foi se constituindo historicamente o trabalho de inclusão escolar das crianças com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Discutir políticas públicas que garantem o acesso à educação infantil das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- Apresentar os princípios básicos da proposta pedagógica do NDI.
- Identificar e apresentar os critérios de ingresso de crianças com e sem deficiência no NDI.
- Identificar ações de formação de professores e outros profissionais para o trabalho pedagógico com crianças com deficiência.
- Fazer um levantamento de ações relacionadas à inclusão de crianças com deficiência no NDI/UFSC.

1.2 METODOLOGIA

No presente trabalho, de abordagem qualitativa, utilizei a metodologia de estudo de caso, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas.

A pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31).

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as

ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 2004, p. 17).

Sobre a metodologia de estudo de caso, André (2013) indica que o seu desenvolvimento segue em geral, três fases: “Exploratória ou de definição dos focos de estudo; - Fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo; - Fase de análise sistemática dos dados” (ANDRÉ, 2013, p. 98).

Segundo Yin (2005, p. 32), o uso do estudo de caso é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos. O autor assevera que o estudo de caso é uma investigação empírica que permite o estudo de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Com base em André (2013) e Yin (2005), considere que essa metodologia seria a mais adequada para o presente estudo.

Os primeiros procedimentos de pesquisa utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental.

Segundo Gil (2002, p.45), “[...] A pesquisa bibliográfica tem finalidade de colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa”. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa. Assim, além de permitir o levantamento das pesquisas referentes ao tema estudado, a pesquisa bibliográfica permite ainda o aprofundamento teórico que norteia a pesquisa.

Sobre a pesquisa documental, Gil afirma que “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” “Ou seja, é possível fazer uma releitura dos documentos analisados” (GIL, 2002, p.45).

Para Tozoni-Reis (2009), a pesquisa documental “tem como principal característica o fato de que a fonte dos dados, o campo onde se procederá a coleta dos dados, é um documento (histórico, institucional, associativo, oficial, etc.)” (TOZONI-REIS, 2009, p.30).

Tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa documental auxiliaram na identificação e discussão das políticas públicas que garantem o acesso à educação infantil das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Além disso, a pesquisa em documentos, trabalhos acadêmicos, Proposta Curricular do NDI e relatórios de atividades desenvolvidas auxiliaram na identificação de princípios e ações pedagógicas desenvolvidas no NDI².

Realizei também duas entrevistas com profissionais do NDI que auxiliaram a compreender historicamente como se constituiu o trabalho de inclusão escolar das crianças com deficiência nessa instituição.

Os roteiros das entrevistas estão nos Apêndices B e C.

² No Apêndice A está a declaração da direção do NDI de tomada de conhecimento do projeto de pesquisa para o TCC e autorização para a realização da coleta de dados.

2 CARACTERIZAÇÃO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O NDI foi criado em 1980 para atender filhos de servidores técnicos administrativos, docentes e de alunos da UFSC, vinculado ao Centro de Ciências da Educação (CED), desenvolvendo desde então atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Atualmente o NDI atende em torno de 216 crianças de 3 (três) meses a 5 (cinco) anos e 11(onze) meses em 18 turmas, nos períodos matutino e vespertino.

Este atendimento é realizado por docentes com formação em nível superior, alguns com Especialização, Mestrado e Doutorado. Os professores, além das atividades de Ensino, também realizam atividades de Pesquisa e Extensão. As atividades de ensino referem-se ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores com as crianças entre 3 meses e 5 anos e 11 meses, divididas em grupos de acordo com a faixa etária.

Os grupos são organizados por faixa etária de acordo com o quadro a abaixo.

Quadro 1 – Organização dos grupos no NDI

Grupos	Números de crianças por grupo	Faixa etária das crianças
Grupo 1	7	3 a 11 meses
Grupo 2	9	1 ano a 1 ano e 11 meses
Grupo 3	10	2 anos a 2 anos e 11 meses
Grupo 4	14	3 anos a 3 anos e 11 meses
Grupo 5	15	4 anos a 4 anos e 11 meses
Grupo 6	17	5 anos a 5 anos e 11 meses

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados no NDI.

A Proposta Curricular do NDI (2014) indica que os projetos coletivos direcionados para o trabalho com as crianças de todos os grupos relacionam-se com a arte, a saúde, a alimentação saudável, o meio ambiente, o corpo e movimento, as ciências e a literatura, entre outros. As atividades de pesquisa são desenvolvidas com os programas de Pós Graduação do CED, Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e Centro de Desportos (CDS), por meio de um conjunto de Núcleos

de Pesquisa, além de outras pesquisas em desenvolvimento que estão disponíveis no site do NDI³. Quanto às atividades de Extensão, são desenvolvidos inúmeros trabalhos no decorrer do ano, com participação efetiva na formação de professores das redes de ensino de diversos municípios catarinenses, de alunos de diferentes Universidades do Estado e de estagiários oriundos de vários cursos da UFSC e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

São realizados ainda, no NDI estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios de cursos de graduação da UFSC, sendo que os estágios não obrigatórios estão vinculados ao Departamento de Integração Acadêmica e Profissional (DIP). Os interessados podem estar em qualquer curso de Graduação da UFSC e efetivar seu estágio no NDI, pois este se constitui como espaço de experimentação pedagógica que contribui na formação e qualificação de profissionais.

A inclusão de alunos com deficiência integra os princípios básicos da proposta pedagógica do NDI, ressaltando que não há um projeto independente ou paralelo de inclusão para os alunos com deficiência no NDI. “[...] as ações inclusivas possuem o estatuto de fundamento, tais como os princípios democráticos, a especificidade da infância, o respeito à criança e às suas necessidades, a perspectiva da criança como ser integral, sujeito de direitos e como ser social” (UFSC, 2014, p.42).

Como o NDI é uma instituição de educação infantil mantida pela UFSC que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, suas condições são bastante diferenciadas em relação a outras redes de ensino como as redes municipais e instituições privadas.

A Proposta Curricular do NDI pauta-se na perspectiva histórico-cultural, incluindo contribuições teóricas de diferentes áreas do conhecimento, especialmente, a Pedagogia, a História, a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia. Considera os debates sobre as determinações sociais e políticas que incidem na educação das crianças de três meses a cinco anos e onze meses pautando-se nos estudos sobre as políticas para a educação infantil. Neste contexto

³ <http://ndi.ufsc.br/pesquisas-em-andamento/> Acesso em: 05 ago 2019.

e com base na proposta curricular, a gestão do NDI direciona seu trabalho por meio de um processo coletivo, buscando a participação efetiva de todos os profissionais, crianças e famílias.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO NDI

A trajetória do NDI inicia num contexto nacional de luta por direitos desde a década de 1970, pelos movimentos sociais⁴ liderados pelas mulheres trabalhadoras que reivindicavam o atendimento em creches para crianças de zero a seis anos.

Na UFSC esse movimento iniciou com as mães alunas desta universidade que reivindicaram no setor de Serviço Social da reitoria a criação de creche no campus para poderem estudar.

Em 1977 estudantes do curso de pedagogia solicitavam a criação de uma creche que, além de atender às reivindicações da comunidade universitária, servisse também como espaço de formação e de campo para estágio. Foi criado então um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a viabilização do Núcleo de Educação Pré-Escolar (NEPE). Esse Grupo de Trabalho foi composto por representantes de vários departamentos e associações. O grupo constatou que a criação do Núcleo era favorável à comunidade universitária, com sugestão de nova denominação: Núcleo de Desenvolvimento Infantil para o atendimento de crianças de três meses a seis anos.

Raupp (2011, p. 3) afirma que:

“A natureza prioritária do NDI como creche no local de trabalho, coadjuvando o caráter acadêmico, provavelmente, também esteve relacionada ao fato de no CED não haver profissional com trajetória na área da educação infantil [...] Inicialmente, o caráter acadêmico do NDI esteve relacionado por meio de observações, pesquisas, bolsas de trabalho advindos do curso de Pedagogia habilitação séries iniciais, supervisão, orientação e administração escolar além de outros cursos da universidade. Com a criação, no CED, da habilitação educação pré-escolar, ampliam-se as funções acadêmicas do NDI, principalmente com os estágios na área da educação infantil” (RAUPP, 2011, p. 3).

⁴ Sobre os movimentos sociais na década de 1970, ver Raupp (2002), mais especificamente a citação de Rosemberg: “O Golpe militar em 64 no Brasil estabeleceu um longo período de ditadura, cerceando a liberdade de expressão e organização da sociedade civil. Partidos políticos, sindicatos e associações de classe foram fechados ou ficaram sob o arbítrio de interventores, a imprensa esteve sob censura e opositores ao regime foram presos, torturados, exilados, desaparecidos ou assassinados. Apesar destes arbítrios, principalmente a partir dos anos 70 foram emergindo, nas grandes cidades, manifestações de organização da sociedade civil que tem agora, como pólo aglutinador o local de moradia (ROSEMBERG, 1989a, *apud* RAUPP, 2002, p.9).”

Em 1979, o CED, era composto pelos Departamentos de Metodologia do Ensino (MEN), Estudos Especializados em Educação (EED), e Biblioteconomia e Documentação (BDC), atual Ciências da Informação (CIN), Colégio de Aplicação; Educação Pré-Escolar (embrião do atual Núcleo de Desenvolvimento Infantil), e Pós-Graduação (especialização *lato sensu*)⁵.

No início de suas atividades, atendia unicamente bebês filhos de mães da comunidade universitária, tendo como função prioritária ser a creche no local de trabalho, atendendo desta forma o que determinava a legislação da época.

Ao longo de 39 (trinta e nove) anos de existência o NDI foi se modificando, atendendo às legislações de cada época, consolidando-se como uma instituição de educação infantil.

2.2 CRITÉRIOS DE INGRESSO

Com os processos de mobilização e construção de interesses da comunidade universitária foi criado o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) que iniciou suas atividades em 08 de maio de 1980. Na Portaria nº 0118/GR/80⁶ assinada no dia 07 de abril de 1980 pelo Reitor Caspar Erich Stemmer, foi definido:

1. CRIAR o Núcleo de Desenvolvimento Infantil desta Universidade.
2. O referido Núcleo deverá ser implantado gradualmente, iniciando suas atividades através do Setor Berçário, vinculando-se para fins de supervisão técnica à Direção do Centro de Ciências da Educação (UFSC, 1980).

No mesmo dia em que o Reitor assinou a Portaria nº 0118/GR/80 uma nova portaria é publicada: A Portaria nº 0119/GR/80 resolve:

- Art. 1º - Fixar em 32 o número de vagas do Setor Berçário, no Núcleo de Desenvolvimento Infantil.
- Art. 2º - As vagas serão preenchidas de acordo com os seguintes critérios:
- a) 20% para filhos de alunas;
 - b) 40% para filhos de funcionários;
 - c) 40% para filhos de professores (UFSC, 1980a).

⁵ Informações retiradas do site <<http://ced.ufsc.br/apresentacao-do-centro/>> Acesso em: 21 ago 2019.

⁶ Disponível em <<http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>> Acesso em: 01 set 2019.

Importante destacar que nesta portaria estava previsto que as vagas remanescentes em cada grupo seriam redistribuídas aos demais grupos. Ou seja, seriam oferecidas aos filhos de professores, funcionários e alunos as vagas não preenchidas.

No dia 17 de abril de 1980, é publicada a Portaria nº 0140/GR/80, alterando o número de vagas e os critérios de preenchimento, conforme os termos dos Artigos 1º e 2º, que passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fixar em 36 o número de vagas do Setor Berçário, do Núcleo de Desenvolvimento Infantil, por turno.

Art. 2º - As vagas serão preenchidas de acordo com os seguintes critérios:

a)1/3 para filhos de alunos;

b)1/3 para filhos de funcionários;

c)1/3 para filhos de professoras (UFSC, 1980b).

Na Portaria nº 1078/GR/88, o número de vagas para o ano de 1989 é de 142 crianças para o berçário e maternal. Nessa portaria, houve a previsão de ampliação para 216 vagas a partir de novas contratações de professores aprovados em concurso público.

Mais uma vez, as porcentagens de vagas para cada categoria foram alteradas para 15% para filhos de alunos, 30% para filhos de servidores docentes e 55% para filhos de servidores técnico-administrativo.

Importante destacar na portaria nº 1078 de 1988, Art. 6º, que:

Obedecidas às normas de frequência fixadas pelo Núcleo de Desenvolvimento Infantil, as crianças terão suas vagas garantidas até os três anos, exceto os casos em que a servidora e aluna interromper as atividades na Universidade Federal de Santa Catarina.

Art.11º A criança só poderá permanecer no Núcleo de Desenvolvimento Infantil no horário em que a mãe ou responsável estiver em atividades na Universidade Federal de Santa Catarina, exceto nos casos comprovados de licença médica, licença especial e férias, respeitando o calendário de funcionamento do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (UFSC, 1988).

Segundo Raupp (2002) a partir do ano de 1988, iniciaram-se os questionamentos sobre o direito à vaga, refletindo se o pertencimento é das crianças ou da mãe trabalhadora. A partir da consulta à Procuradoria Geral da UFSC, fica

definido que a vaga é da criança⁷. Além disso, é ampliado o direito dos trabalhadores da universidade, por meio da extensão do direito ao pai trabalhador, com a manutenção do critério socioeconômico da família. Além dessa mudança, a criança passa a ter direito de permanecer no NDI durante todo ciclo de educação infantil oferecido pela unidade.

Raupp (2011) mostrou que, posteriormente, em 1994, o critério de ingresso das crianças que até então levava em consideração a situação socioeconômica da família foi revisto para sorteio das vagas entre os pais de crianças da comunidade universitária. O parecer nº 91/CEPE/94⁸, que aprovou a mudança do critério de ingresso das crianças do NDI para o sorteio acresceu as seguintes sugestões:

- 1) Que o NDI elabore um regimento interno que defina claramente seus objetivos no âmbito do CED e da UFSC caracterizando-o como escola-laboratório aberta a atividades de pesquisa e extensão.
- 2) Que o NDI estude a possibilidade, a médio prazo, de atender à comunidade como um todo e não apenas à Comunidade Universitária, de modo semelhante ao que ocorre com o Colégio de Aplicação, já que ambos são escolas públicas mantidas com verba pública.
- 3) Atingindo este objetivo seria desejável uma revisão das normas de ingresso elaborando-se critérios únicos aplicáveis ao Colégio de Aplicação e ao NDI já que ambos têm idênticos propósitos (UFSC, 1994).

Como o NDI é uma unidade de educação infantil mantida e administrada por uma universidade federal, ela deve atender às Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil. No ano de 2011, o Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (CNE), definiu que as unidades de educação infantil mantida e administradas por universidades federais, na qualidade de instituições públicas de ensino mantidas pela União, devem “oferecer igualdade de condições para o acesso e a permanência de todas as crianças na faixa etária que se propõem a atender” (art. 1º inciso I) (BRASIL, 2011).

No ano de 2012 sucedeu o primeiro edital com reserva de vagas para as crianças com deficiência. O Edital nº 01/NDI/2012 previu o ingresso das crianças no NDI por sorteio público, sendo destinadas 5% das vagas para crianças com deficiência. Conforme o Edital:

⁷ Indo ao encontro das determinações da Constituição Federal de 1988.

⁸ O texto do Parecer não foi encontrado. O trecho citado foi encontrado em Raupp, 2011, p.19.

[...]4. DAS VAGAS

4.1 – 5% (três) das vagas disponíveis para 2012 estão destinadas às crianças com deficiência física, sensorial ou mental, respeitada a proporção de 1 (uma) criança com deficiência em cada grupo.

4.2 – a ocupação das três vagas em questão não será proporcional a cada categoria (estudantes, docentes e técnico-administrativos).

4.3 – as três vagas ocupadas pelas crianças com deficiência serão subtraídas das 60 (sessenta) vagas ofertadas para as demais crianças no edital anterior de nº 02/NDI/2011.

4.4 – serão sorteadas todas as crianças inscritas. Aquelas que não obtiverem as três vagas comporão lista de espera para ocupar as vagas disponíveis para crianças com deficiência até o final do ano letivo para o qual foi sorteado [...] (UFSC, 2012).

A reserva de vagas para crianças com deficiência no sorteio para ingresso no NDI está em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que reconhece que as crianças com deficiência devem gozar plenamente de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de oportunidades com as outras crianças, o que implica diretamente seu direito de participação plena na educação infantil.

Outra mudança significativa ocorreu no ano de 2014, com o edital nº 03/NDI/2014⁹, com inscrições para o sorteio de ingresso de alunos no NDI para o ano de 2015 aberto a toda a comunidade. Esse edital disponibilizou 40 vagas distribuídas entre os grupos, sendo 5% para os candidatos com deficiência e 95% para a comunidade em geral.

Sobre a ocupação das vagas para os candidatos com deficiência o edital definiu que:

[...]2.4 – Da ocupação das vagas:

2.4.1 – Para definição de qual candidato escolherá primeiramente o turno, serão realizados dois sorteios, uma vez que são dois grupos de candidatos inscritos: **candidatos com e sem deficiência**. Será sorteado primeiramente o grupo que terá preferência para iniciar a escolha do turno, sendo seguido alternadamente pelos candidatos do outro grupo de sorteados, de acordo com a ordem de classificação.

[...]2.4.4 – O candidato com deficiência que se enquadre nas categorias discriminadas no artigo 3º do Decreto Federal nº 12.764/2012 poderá optar por concorrer à vaga prevista para pessoas com deficiência, desde que manifeste esse interesse no ato da inscrição.

6. DA MATRÍCULA

⁹ Disponível em: <https://ndi.ufsc.br/files/2014/10/edital-vagas-2015-site.pdf> Acesso em: 04 set 2019.

6.7- Das vagas das crianças com deficiência:

O candidato sorteado a vaga para aluno com deficiência deverá, [...] entregar à secretária do Núcleo de Desenvolvimento Infantil, os seguintes documentos:

a) Laudo médico que deverá ser assinado por médico especialista na área de deficiência do candidato, contendo, na descrição clínica, o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código Correspondente da classificação Internacional de Doenças – CID. Deve ainda conter o nome legível, carimbo, assinatura e CRM do médico que forneceu o atestado.

b) Para candidatos com deficiência auditiva, além do laudo médico, devem apresentar exame de audiometria, realizado nos últimos doze meses, no qual conste o nome legível, carimbo e número do conselho de classe do profissional que realizou o exame.

c) Para candidatos com deficiência visual, além do laudo médico, devem apresentar exame oftalmológico em que conste a acuidade visual, realizado nos últimos doze anos, como também o nome legível, carimbo, assinatura e CRM do profissional que realizou o exame. [...]

6.7.3-A documentação dos candidatos sorteados para as vagas de alunos com deficiência será analisada por comissão de validação designada pela Pró-Reitoria de Graduação [...] (UFSC, 2014).

Em 2016, o Edital nº 02/NDI/2016¹⁰ trata do sorteio de vagas para o ano letivo de 2017. São disponibilizadas para o sorteio público 46 vagas para a comunidade em geral e dessas, cinco foram reservadas para crianças com deficiência.

Neste Edital nº 02/NDI/2016 surge pela primeira vez o número de vagas para crianças com deficiência, não sendo mais em porcentagem como nos editais anteriores. Esse quantitativo de vagas reservadas a candidatos com deficiência segue a Recomendação nº 13, de 27 de fevereiro de 2015, que determina a reserva mínima de uma (01) vaga por grupo etário. Além disso, o edital informa no item 2.6 que: “Os candidatos que concorrem às vagas reservadas para crianças com deficiência concorrerão tanto às vagas de “classificação geral”, como também aquelas reservadas ao grupo “candidatos com deficiência” (UFSC, 2016).

A informação acima citada atende também à Recomendação Nº 13/2015 integrante do Inquérito Civil nº 1.33.000.003569/2014-34 do Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Santa Catarina (MPF/SC), que determina que a UFSC adote medidas administrativas cabíveis para que, nos Editais e concursos para ingresso dos alunos no NDI:

¹⁰ Disponível em: <ndi.ufsc.br/files/2016/10/Edital-nº-02-NDI-2016.pdf> Acesso em: 25 de nov 2019.

[...] 1) haja ampla publicidade acerca da abertura de vagas para a sociedade em geral e existência da reserva para crianças com deficiência; 2) seja garantida a inscrição eletrônica sem necessidade de cadastro; 3) seja garantida a possibilidade dos candidatos com deficiência inscreverem-se para as vagas de reserva (lista especial) e para as vagas de ampla concorrência (lista geral); 4) seja garantida reserva mínima para crianças com deficiência em cada uma das turmas/classes oferecidas pelo NDI, abandonando-se a prática equivocada do cálculo do percentual de reserva sobre o número total de vagas/alunos da instituição; [...] (SANTA CATARINA, 2015, p. 99-100).

A partir de então, o NDI passou a garantir a possibilidade de os candidatos com deficiência serem inscritos para as vagas de reserva (lista especial) e para as vagas de ampla concorrência (lista geral).

No Edital nº 02/NDI/2017¹¹, que regulamentou o sorteio de vagas para o ano letivo de 2018, foram disponibilizadas para o sorteio público 60 (sessenta) vagas, sendo que destas, 53 (cinquenta e três) foram destinadas às vagas gerais e 07 (sete) reservadas para crianças com deficiência.

Para o ano letivo de 2019 o Edital nº 03/NDI/2018¹², sobre o sorteio de vagas para o ano letivo de 2019, previu que:

2.1 Serão disponibilizadas para o sorteio público 45 (quarenta e cinco) vagas, sendo que destas, 41 (quarenta e uma) destinadas à classificação geral e 04 (quatro) reservadas para crianças com deficiência.

2.2 Serão consideradas crianças com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999, nos artigos 3º e 4º, alterado este último pelo Decreto nº 5296/2004. 2.3 O quantitativo de vagas reservadas a crianças com deficiência segue a recomendação do Ministério Público Federal (IC nº 1.33.000.003569/2014 343) que determina a reserva mínima em cada grupo de crianças (UFSC, 2018).

Podemos observar que ao longo dos anos o ingresso das crianças no NDI modificou-se, conforme os editais citados. As mudanças acompanharam alterações nas leis e também as determinações e recomendações do Ministério Público Federal em Santa Catarina.

¹¹ Disponível em: <<http://nditeste.paginas.ufsc.br/files/2017/10/EDITAL-NDI-2018.pdf>> Acesso em: 08 set 2019.

¹² Disponível em: <<http://nditeste.paginas.ufsc.br/files/2018/10/Edital-03-NDI-UFSC-2019-.pdf>> Acesso em: 08 set 2019.

É importante destacar que o NDI já tinha ingresso de crianças com deficiência antes da reserva de vaga. Entretanto, apenas em 2014 o NDI passa a ter sorteio universal para ingresso, resguardando 5% das vagas para crianças com deficiência. Em outras palavras, a partir de 2014, o NDI passa a ser integralmente público. A partir de 2016 as vagas para crianças com deficiência passaram a ser definidas em quantidades, proporcionais ao número de vagas em geral.

Cabe destacar que não foi possível localizar em nenhum material disponibilizado para a pesquisa os dados sobre o número de quantas crianças com deficiência que frequentaram o NDI entre os anos de 1980 até 2012. O que foi apresentado até agora é a quantidade e percentual de vagas disponíveis para as crianças com deficiência. Segundo a atual direção, essas informações eram conservadas apenas em meio físico e foram se perdendo com o tempo. Atualmente, todas as informações são digitalizadas e armazenadas no banco de dados do NDI.

O NDI possui os seguintes dados relacionados ao número de crianças matriculadas e o número de crianças com deficiência, entre os anos de 2013 a 2019:

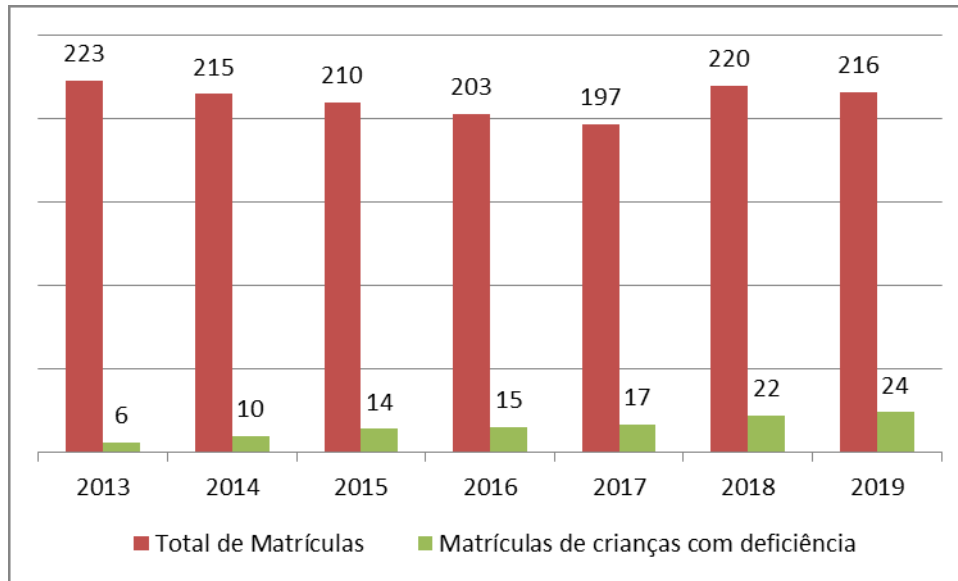
Tabela 1- Número de crianças com deficiência matriculadas no NDI entre os anos 2013 a 2019

Ano	Total de Matrículas	Matrículas de crianças com deficiência	% de crianças com deficiência
2013	223	6	3%
2014	215	10	5%
2015	210	14	7%
2016	203	15	7%
2017	197	17	9%
2018	220	22	10%
2019	216	24	11%

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados no NDI.

A tabela demonstra que ao longo dos últimos anos o número de crianças com deficiência no NDI vem aumentando.

Gráfico 1- Número de crianças com deficiência matriculadas no NDI entre os anos 2013 a 2019



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados no NDI.

Segundo dados fornecidos pelo NDI, em 2013, o total de matrículas foi o maior número de crianças matriculadas, com apenas 3% das vagas para as crianças com deficiência. Em 2019, foram matriculados 216 crianças no NDI, chegando à porcentagem de 11% de crianças com deficiência matriculadas, correspondendo a 24 crianças com deficiência frequentando o NDI. Esse aumento de crianças com deficiência vem ocorrendo a cada ano, devido a Recomendação nº 13, que as crianças com deficiência poderão concorrer e efetuar a matrícula tanto nas vagas de candidatos com deficiência, como também aquelas reservadas à classificação geral.

2.3 ESTRUTURA FÍSICA

O NDI está localizado no interior do Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, no bairro da Trindade, em Florianópolis, próximo ao CED e ao CFH. Mais especificamente na Rua do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MarquE), sendo que o acesso é pela entrada oeste do Campus, localizado na rótula do bairro Carvoeira.

O NDI foi construído por bloco¹³. No final da década de 1970 foi construído o bloco I. Esta área possui três salas de aula, hall de entrada, banheiro infantil com área para troca de fraldas e banho, banheiro para adultos, sala de arte, cozinha, lavanderia, banheiros com chuveiros e sala de descanso para os profissionais terceirizados.

O bloco II foi feito em 1987, onde hoje funciona o setor administrativo e pedagógico do NDI. Neste bloco encontram-se a secretaria, sala da direção, setor administrativo e financeiro, banheiros adultos e infantis, almoxarifado, sala de lanche para os funcionários, professores e estagiários, sala da coordenação pedagógica, sala do setor do serviço de atendimento a saúde, biblioteca, pátio coberto e um deck.

Em 1991 o bloco IV foi construído. Este bloco está localizado na parte de trás do NDI, e tem duas salas de aula e um banheiro.

O bloco III, construído em 1996, possui dois pavimentos com rampa de acesso para o segundo pavimento. No piso térreo tem o auditório com dois camarins, pátio coberto, sala de brinquedos, mini quadra para jogos infantis (descoberta), dois banheiros para adultos, um banheiro infantil. No segundo pavimento possui três salas de aula, sala de pesquisa e estudo, sala para os professores, uma cozinha experimental para as crianças, dois banheiros infantis, um banheiro para adultos.

O NDI ocupa uma área extensa em que na sua estrutura podemos encontrar os quatro blocos distribuídos numa vasta área verde que possui três parques, dois

¹³ As informações referentes à estrutura física foram retiradas da Proposta Curricular do NDI, 2014, p. 93.

na entrada do NDI outro parque aos fundos do NDI. Analisando a estrutura física quanto à acessibilidade, os espaços apresentam algumas barreiras arquitetônicas¹⁴. Como os recursos financeiros são insuficientes muitas vezes não conseguem efetivar algumas adequações necessárias. Com a falta de investimentos a instituição apresenta algumas necessidades específicas de adaptação de mobiliários e de outros materiais. Nesses casos o NDI conta com a participação das famílias e outras instituições.

2.4 PROFISSIONAIS

As condições de trabalho proporcionadas aos professores e demais profissionais do NDI possibilitam uma qualidade diferenciada no atendimento a todas as crianças, embora não exista uma proposta pedagógica diferenciada para as crianças com deficiência. Nesse sentido, são promovidas ações para dar conta das especificidades de cada criança, articuladas pela equipe multiprofissional da instituição.

A função da equipe multiprofissional é de subsidiar as ações dos professores, auxiliares de sala e estagiários, garantindo o suporte a cada profissional para a efetivação dos objetivos educacionais propostos.

A Proposta Curricular do NDI define as funções dos diferentes profissionais e setores do NDI para viabilizar práticas pedagógicas inclusivas. Assim, os professores têm como uma de suas funções planejar e executar no espaço pedagógico as ações inclusivas com base no conhecimento das especificidades de todas as crianças e do grupo.

O NDI possui 22 (vinte e dois) Professores, uma professora de arte e um professor da Educação Física, os professores possuem nível superior, sendo 10 (dez) com mestrado e 12 (doze) com doutorado, conta também com 5 (cinco) Professores Substitutos.

De acordo com a Proposta Curricular do NDI de 2014, os professores trabalham 40 horas, com dedicação exclusiva, entre o ensino, a pesquisa e a

¹⁴ Barreiras arquitetônicas como a falta de banheiros adaptados, materiais didáticos e mobiliários.

extensão. Trabalham um turno com as crianças e o outro para planejar, estudar, rever o trabalho pedagógico por meio dos registros e discussões em grupo, atender às famílias, integrar comissões diversas e também para participar de projetos institucionais de pesquisa, de extensão, entre outros.

A Proposta Curricular indica que as novas exigências relativas à formação dos professores contribuíram para que a consciência política, o aprofundamento teórico de questões relacionadas à criança, à infância e à educação infantil, entre outros aspectos, desse um importante salto qualitativo. Aliado a isso, o fato de o NDI ser uma unidade de ensino no interior da universidade e seus professores fazerem parte da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) da UFSC, gerou a necessidade de que estes profissionais passassem a buscar formação em níveis cada vez mais elevados e em programas de pós-graduação altamente conceituados tanto no Brasil quanto no exterior (UFSC, 2014, p. 86).

O NDI conta também com sete auxiliares de creche que atuam em articulação com os professores, apoiando nas atividades pedagógicas realizadas junto aos alunos.

A Direção tem como competência garantir a estrutura material e recursos humanos para o desenvolvimento do trabalho inclusivo, assim como proporcionar discussões em diferentes fóruns das questões relacionadas à inclusão de crianças com deficiência como princípio da educação infantil.

A Coordenação Pedagógica é composta por (4) quatro profissionais, duas professoras e duas pedagogas, encarregadas de coordenar as ações de todos os envolvidos, promovendo as condições de trabalho necessárias para o desenvolvimento das estratégias inclusivas, assim como promover encontros de formação com a equipe.

A psicóloga¹⁵, integrante da coordenação pedagógica, atua em consonância com a concepção de psicologia educacional e escolar. Deste modo, sua função é trabalhar nas relações dos diversos envolvidos no contexto institucional, participando

¹⁵ Camilla de Amorim Ferreira, uma das entrevistadas para a coleta de dados dessa pesquisa. A autorização da psicóloga Camilla para a utilização das informações concedidas e também para sua identificação no presente trabalho está no Apêndice D.

de reuniões com professores, auxiliares, estagiários e famílias, além de realizar observações em sala.

A assistente social também faz parte da coordenação pedagógica e atua nos encaminhamentos em situações de vulnerabilidade, orientando as famílias e fazendo a articulação com a rede externa quando necessário, como encaminhamentos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Fonoaudiologia, a setores internos da UFSC como Restaurante Universitário (RU) e demais que possam contribuir com as necessidades apresentadas.

Ingressou recentemente, no começo do ano de 2019, uma pedagoga da educação especial. Como esse cargo é novo no NDI, não consegui obter informações precisas sobre suas atribuições, que ainda estão sendo definidas pela equipe pedagógica do NDI.

O Serviço de Atenção à Saúde (SAS)¹⁶ é constituído por quatro profissionais da Enfermagem e uma Técnica em Enfermagem em conjunto com duas nutricionistas, que realizam entrevistas com as famílias sempre no início do ano letivo e no decorrer do ano, conforme novas crianças vão entrando no NDI. O setor tem como finalidade conhecer informações relevantes à saúde e alimentação das crianças. Com o objetivo de promover a saúde e boas práticas de higiene e segurança das crianças, o SAS trabalha com projetos de formação em saúde, os quais são planejados para os professores, auxiliares e estagiários. Além destas formações, são realizadas frequentemente atividades educativas com as crianças.

Os profissionais de enfermagem prestam assistência às intercorrências de saúde das crianças, administram medicamentos com receita médica, auxiliam no processo de inserção das crianças com deficiência e solicitam assessoria a outros profissionais quando necessário. Além disso, também realizam o acolhimento das famílias e de suas crianças após períodos de afastamento por doença, onde se avalia o estado de saúde das crianças e se recebem atestados médicos para justificar as ausências.

¹⁶ Disponível em: <<http://ndi.ufsc.br/projetos-em-andamento/saude/>> Acesso em: 23 jan 2020.

As nutricionistas atuam no projeto da nutrição que incentivam a criação de hábitos alimentares saudáveis entre os alunos, e coordenam as necessidades alimentares específicas das crianças com alergias, intolerâncias e outras situações específicas. Realizam ainda, em articulação com as professoras, auxiliares e estagiárias atividades educativas, avaliação da aceitabilidade dos alimentos do cardápio, dentre outras atividades.

Atualmente o NDI conta com 40 alunos estagiários de diferentes cursos de graduação da UFSC, divididos nos períodos matutino e vespertino que contribuem com o trabalho pedagógico inclusivo, por meio de atividades integradas a sua formação profissional, de acordo com sua supervisão acadêmica e local. Cabe ao estagiário desenvolver seu projeto de estágio de modo compatível com sua formação e especificidade, tendo como foco principal seu próprio aprendizado.

A estrutura Administrativa do NDI é composta por: colegiado, direção, secretaria escolar, coordenação administrativa, coordenação pedagógica, coordenação de estágio, pesquisa e extensão, coordenação do serviço de atenção à saúde.

Os quadros abaixo apresentam uma síntese do número de profissionais que atuam no NDI e a estrutura administrativa.

Quadro 2 – Síntese do número de profissionais no NDI.

PROFISSIONAIS DO NDI
22 Professores (1 Arte, 1 Educação Física)
7 Auxiliares de Creche
4 Profissionais na Coordenação Pedagógica
1 Psicóloga
1 Assistente Social
1 Pedagoga em Educação Especial
4 Profissionais da Enfermagem e 1 Técnica em Enfermagem
2 Nutricionistas
40 alunos estagiários de diferentes cursos de graduação da UFSC

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados no NDI.

Quadro 3 – Síntese da estrutura administrativa do NDI

A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO NDI
Colegiado
Direção
Secretaria Escolar
Coordenação Administrativa
Coordenação Pedagógica
Coordenação de Estágio
Pesquisa e Extensão
Coordenação do Serviço de atenção à Saúde

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados no NDI.

2.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A organização do trabalho pedagógico do NDI está fundamentada na Proposta Curricular do NDI volume 1. Esse documento

apresenta duas importantes dimensões que são complementares: a política e a pedagógica. Em sua dimensão política, a proposta da escola tem como horizonte a emancipação humana e um compromisso com o futuro das novas gerações, contribuindo para sua humanização e para a sua realização como seres humanos que vivem e realizam suas atividades em sociedade. Sua dimensão pedagógica possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que, por meio do ensino, da apropriação da cultura e da transmissão dos conhecimentos produzidos historicamente, contribui para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e sua formação (UFSC, 2014, p. 24).

A organização do trabalho pedagógico do NDI está pautada em diferentes aportes legais e bases teóricas. Dentre os aportes legais, destaco a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) (BRASIL, 1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009). As bases teóricas estão vinculadas à teoria histórico-cultural, que tem como autor principal Lev Semiónovich Vygotski (1896-1934), criador da teoria do desenvolvimento cultural das funções psíquicas superiores; Aleksei Nikolaevitch Leontiev (1903-1979) e Daniil Borissowitsch Elkonin (1904 -

1984), como seguidores. No interior deste aporte teórico no campo da psicologia do desenvolvimento, a periodização da ontogênese humana traz importantes contribuições para a compreensão das crianças pequenas, indicando as especificidades das atividades pedagógicas a serem contempladas no currículo da educação infantil (UFSC, 2014, p.25 e 26).

Desta forma, podemos perceber a importância de um projeto político pedagógico bem estruturado para colaborar com o desenvolvimento em uma fase tão importante da educação básica: a educação infantil.

A Proposta Curricular apoiada nas DCNEI (2009) define a Educação Infantil como:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2009).

O objetivo da educação infantil para o NDI é de “possibilitar condições para o desenvolvimento integral da criança como sujeito de direitos, por meio da apropriação e ampliação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, considerando as especificidades da infância e a singularidade de cada criança” (UFSC, 2014, p. 67).

Assim, é importante para todas as crianças estarem inseridas no âmbito educacional, visto que as instituições são espaços coletivos importantes para o seu desenvolvimento.

Sobre o trabalho com crianças com deficiência, a Proposta Curricular do NDI (UFSC, 2014) refere que:

“a inclusão de crianças com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação não é um projeto independente ou paralelo ao conjunto de ações educacionais, ou seja, a inclusão integra os princípios básicos da proposta curricular institucional. Nesse sentido, as ações inclusivas possuem o estatuto de fundamento, tais como os princípios democráticos, a especificidade da infância, o respeito à criança e às suas necessidades, a perspectiva da criança como ser integral, sujeito de direitos e como ser social” (UFSC, 2014, p.42).

Dessa forma, podemos afirmar que a Proposta Curricular destaca a inclusão como um princípio que se articula com todos os demais e que se volta a todas as crianças matriculadas na instituição¹⁷. O NDI busca o compromisso com a qualidade na educação e no atendimento a todos os alunos matriculados, ou seja, a instituição não se limita a receber as crianças com deficiência, mas está engajada em oferecer a todas as crianças uma educação que contribua para o desenvolvimento máximo de suas potencialidades por meio de um trabalho pedagógico qualificado.

Portanto, para o NDI, a inclusão não é apenas um desdobramento das proposições legais ou das políticas públicas, mas um princípio geral norteador de todas as ações éticas, pedagógicas, administrativas, de saúde e cuidado de todas as crianças ali matriculadas.

¹⁷ Sobre os princípios inclusivos que orientam as ações pedagógicas no NDI, ver: FERREIRA, FORTKAMP, LÓPEZ, JORDÃO, 2014.

3 EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

A história da educação infantil no Brasil está vinculada às questões de luta por creches a partir dos movimentos sociais das mulheres trabalhadoras que remetem ao surgimento das creches a partir da década de 1970.

As reivindicações das mulheres trabalhadoras surgiram em um contexto socioeconômico que demandava o aumento da renda familiar e consequente necessidade de deixar seus filhos em um lugar seguro.

Nesta época muitas vagas na educação infantil estavam ligadas, ainda, à condição da mulher no mercado de trabalho, pois apenas as mães que trabalhavam com carteira assinada que podiam comprovar a sua atividade laborativa teriam o direito da prioridade à vaga para seus filhos em relação à mãe desempregada (LÓPEZ, 2010).

O movimento de mulheres nos anos 1970, reivindicando creches, foi fundamental para o surgimento da creche como instituição, com a função de cuidar e educar as crianças.

Como destaca Kuhlmann Júnior (1998, p.77):

[...] a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam mas a interação de tempos, influências e temas, em que o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens.

Podemos afirmar que até meados da década de 1970, as instituições de educação infantil viveram um lento processo de expansão, uma parte voltada aos sistemas de educação, outra parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência.

O atendimento educacional de crianças em creches passa a ganhar uma legitimidade social para além da sua destinação exclusiva aos filhos dos pobres.

As instituições de educação infantil tanto eram propostas como meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. As idéias socialistas e feministas, nesse caso, redirecionavam a questão do atendimento à pobreza para se pensar a educação da criança em equipamentos coletivos, como uma forma de se garantir às mães o

direito ao trabalho. A luta pela pré-escola pública, democrática e popular se confundia com a luta pela transformação política e social mais ampla (Kuhlmann Júnior, 2000, p.11).

Podemos citar alguns fatores que contribuíram para o aumento da demanda do atendimento da educação infantil no país, como os avanços científicos sobre o desenvolvimento infantil, a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, especialmente em seus primeiros anos de vida.

Reconhecendo a criança como cidadã, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, em relação às políticas de atenção à infância, inaugurou um novo momento na história da legislação infantil. Contemplando o direito das crianças pequenas à educação, estabeleceu como dever do Estado, a garantia do atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos. Dessa forma, as creches começaram a fazer parte das políticas públicas enquanto instituições educativas.

A CF de 1988 é um marco legal que aponta garantias de direitos e que reconhece o dever do Estado e o direito da criança de ser atendida em creches e pré-escolas, vinculando esse atendimento à área educacional. Define, no artigo 205, “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. No seu artigo 206, inciso I, estabelece “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. No art. 208, inciso III, a oferta do “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Em 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Esta lei concretiza um avanço democrático ao regulamentar as conquistas relativas aos direitos de Crianças e dos Adolescentes consolidado no Artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

O ECA é a regulamentação num sentido amplo do art. 227 da Constituição, reconhecendo e garantindo os direitos das crianças e dos adolescentes. Mais especificamente sobre a educação, destaco o seguinte:

Art. 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;
Art. 55- Os pais ou responsáveis devem matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino (BRASIL, 1990).

Nesta mesma década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) chamam a atenção para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem acesso à escola ou fora da escola, tendo como objetivo promover transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola. A partir dos anos 1990, a perspectiva inclusiva, anunciada pela Declaração de Salamanca (1994), indica a formulação de políticas públicas de educação especial nessa perspectiva.

As políticas públicas dos anos 2000, em especial a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) vão abrindo caminho para que as crianças com deficiência ocupem espaços na escola regular desde a educação infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, formada por 92 artigos, aborda temas da educação brasileira e toda a educação básica e superior. A LDBEN institui formas de organização para o atendimento às crianças na Educação Infantil e ressalta o cumprimento do direito à educação. Essa Lei instituiu a primeira vez na história do Brasil a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica.

O direito ao acesso à educação infantil se aplica também às crianças com deficiência. Essas crianças têm direito ao apoio da educação especial, entendida na LDBEN como “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996).

Após a aprovação da LDBEN de 1996, foi necessário definir diretrizes nacionais para a modalidade educação especial na educação básica. Para tanto, foi aprovada a Resolução CNE/CEB nº 02/2001, importante referência legal de compromisso público com a chamada educação inclusiva. Esse documento indica

no parágrafo único do Art. 1º, que o atendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais¹⁸

terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado (BRASIL, 2001).

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), (BRASIL, 2008) É aprovada, tendo como objetivo:

o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo: transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersectorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p.10).¹⁹

Na Seção VI da PNEEPEI, a educação especial é definida como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 11).

Na mesma seção, destaco as referências ao atendimento educacional às crianças na faixa etária da educação infantil:

O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos,

¹⁸ Esse era o termo utilizado naquele momento para se referir ao público da educação especial.

¹⁹ As citações da PNEEPEI são da versão atualizada em 2014, disponível no site do MEC. Não há nenhuma referência, no documento, à data da atualização, mas verifica-se dados de matrícula até 2013, bem como citação de documentos com datas até 2014, ainda que eles não tenham sido incluídos nas Referências. O ano 2014 aparece no link de acesso ao documento.

emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos estudantes, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional (BRASIL, 2008, p. 12).

A partir da pesquisa de LÓPEZ (2010), podemos observar que tanto a trajetória histórica da educação infantil quanto a da educação especial, no Brasil, possuem algumas semelhanças. Destaco o fato de que na educação infantil, o atendimento às crianças de zero a seis anos foi marcado pelo cunho assistencialista, filantrópico e comunitário. De um modo semelhante, na educação especial, até os anos 1990, antes das políticas educacionais como perspectiva inclusiva, as crianças com deficiência eram encaminhadas para instituições filantrópicas, demonstrando uma tendência histórica do poder público de transferir para essas instituições a responsabilidade pela educação dessa população.

A educação infantil é considerada como uma importante etapa para os processos de aprendizagem e de socialização de crianças, entre as quais estão as crianças com deficiência. Assim, as atividades desenvolvidas na educação infantil podem proporcionar maior interação e maiores situações de aprendizagem a todas as crianças, incluindo as que apresentam alguma deficiência ou atraso no desenvolvimento. As principais teorias na perspectiva Histórico-Cultural do desenvolvimento e da aprendizagem enfatizam a infância como o período em que o indivíduo se organiza no mundo.

Para crianças com e sem deficiência, a infância é a fase ideal para a ampliação do seu desenvolvimento e aprendizagem. A educação infantil proporciona um espaço que é privilegiado para lidar com a diversidade, diferenças culturais e sociais.

Mazzotta (1982, *apud* Padilha, 2013), destacou a importância da educação pré-escolar para toda e qualquer criança:

Assim, cabe-me apenas salientar que a criança com necessidades educacionais, em razão de deficiências orgânicas ou ambientais, deve ter o máximo de oportunidades para usufruir dos serviços comuns de educação pré-escolar, ainda que para isto ela possa necessitar de alguns auxílios especiais (MAZZOTTA, *apud* PADILHA, 2013. p.59).

Desta forma, considera-se que a educação infantil é um espaço educativo que pode e deve favorecer e qualificar as ações inclusivas. Nesta perspectiva, toda criança deve ser vista como sujeito de direitos e a sociedade precisa oferecer meios para que elas tenham condições de aprender e se desenvolver com qualidade.

4 AÇÕES DESENVOLVIDAS NO NDI PARA DAR SUPORTE ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Desde a sua criação, o NDI vem recebendo crianças com deficiência, sendo que somente a partir de 2012 foi estipulado o percentual de 5% das vagas para o ingresso dessas crianças. No ano de 2016, o ingresso passou a ser definido por um número de vagas reservadas, proporcional ao total de vagas ofertadas.

No ano de 2006, o professor Adriano Henrique Nuernberg, do Departamento de Psicologia (CFH/UFSC), apresentou ao NDI um projeto para dar suporte à atuação dos estagiários²⁰ de Psicologia e professores em turmas com crianças com deficiência.

As informações sobre esse projeto foram acessadas do Relatório de Atividades de 2011 e Plano de Trabalho de 2012²¹ do NDI e complementadas pelo professor Adriano, um dos entrevistados para essa pesquisa²².

O projeto propunha um suporte aos profissionais para atuarem na inclusão das crianças com deficiência. Foram realizadas supervisões de estágio para qualificar a mediação dos estagiários que atuavam como auxiliares de sala nos grupos. Ocorriam também reuniões ampliadas em que participavam professores dos grupos de crianças, estagiários, parte da equipe pedagógica do NDI, psicóloga e os supervisores acadêmicos da Pedagogia no período matutino e da Psicologia no vespertino. Esse projeto auxiliou a consolidar o princípio de inclusão que atualmente integra a Proposta Curricular do NDI.

Um dos objetivos do projeto era realizar reuniões quinzenais para que fossem relatadas situações referentes às práticas com as crianças com deficiência. Tais situações eram discutidas, avaliadas e, a partir daí, era planejada a construção de estratégias, para o alcance dos objetivos pedagógicos. Outro objetivo do projeto

²⁰ Estágio curricular não obrigatório, por meio do Programa de Bolsas PIBE (PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO) <<http://portal.estagios.ufsc.br/programa-de-bolsas-de-estagio/>> Acesso em: 17 de jan 2020.

²¹ Disponível em: <https://nditeste.paginas.ufsc.br/files/2012/11/Relatorio.NDI_.Gestao.2011.final_.ok_1.pdf> Acesso em: 24 jan 2020.

²² A Autorização do prof. Adriano para a utilização das informações concedidas e também para sua identificação no presente trabalho está no Apêndice E.

era realizar seminários de exposição das práticas inclusivas com todos os professores, permitindo a consolidação desse trabalho no conjunto de todos os educadores do NDI.

Segundo o Prof. Adriano, foi possível observar que o Projeto conseguiu alcançar os objetivos propostos na época, permitindo uma maior valorização do papel dos estagiários para além de um auxiliar da professora. Tal valorização se expressa na incorporação de metas formativas, no ensino de conceitos relacionados às disciplinas da graduação e na capacidade de trabalho em equipe. Ou seja, resultou numa formação acadêmica e atuação mais qualificada, além do reconhecimento maior dos estagiários, visto que estes não tinham supervisão acadêmica até aquele momento.

Em março de 2008 o professor Adriano, em conjunto com a Prof^a Maria Sylvia Cardoso Carneiro, naquele momento como servidora técnica do Centro de Educação, elaboraram um plano de trabalho para os estagiários do curso de Psicologia que faziam estágio curricular não obrigatório no Colégio de Aplicação e no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC. Esse projeto buscava:

descrever o plano de trabalho de estágio e as atividades dos encontros de supervisão que serão desenvolvidos no semestre 2008-1, cujo objetivo consiste em criar uma estrutura de suporte e acompanhamento do grupo de estagiários de psicologia que atuam junto aos educandos com deficiências do Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC (NUERNBERG, 2008, p.3).

A partir dos projetos dos anos de 2008 e 2009, o Prof. Adriano, em conjunto com a Coordenadora Pedagógica, Prof^a Eloisa Helena Teixeira Fortkamp e com a Psicóloga Roseli Terezinha Kuhnen, elaboraram o texto “O trabalho de inclusão escolar de alunos com deficiência do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina”, ressaltando a inclusão como princípio do trabalho pedagógico, destacando que a perspectiva inclusiva se relacionava com as seguintes diretrizes:

- As crianças com deficiência devem ser reconhecidas antes de tudo como crianças, com suas características de idade, gênero, etnia, classe, religião, região. Por isso, constitui-se num equívoco reduzi-las às necessidades

educacionais específicas que elas expressam ou às suas características orgânicas e funcionais.

- Os diagnósticos que situam a criança como clientela das políticas de educação especial não devem ser considerados como documentos prescritivos do trabalho pedagógico, mas como informações a serem necessariamente contextualizadas e pensadas a partir da sua participação no cotidiano escolar.

- O professor de sala e auxiliar são os coordenadores das ações que resultam na inclusão, não delegando a outros (estagiários, especialistas) a tarefa de cuidado e educação da criança com deficiência;

- A inclusão não foca apenas o aluno com deficiência, abrangendo o coletivo do grupo das crianças e em seu pertencimento ao coletivo da instituição;

- Cabe ao professor assumir com seus projetos e planejamentos intencionalmente sistematizados o desenvolvimento de valores e princípios que fundamentam o trabalho inclusivo, difundindo na turma princípios e valores de convivência como: capacidade de respeito às diferenças, negociação dos conflitos no contexto grupal, cooperação mútua. Para tanto, cabe, evidentemente, considerar a forma específica de elaboração das crianças destes valores e princípios de acordo com suas características de desenvolvimento e aprendizagem;

- As intervenções relativas às especificidades da criança, realizadas no contraturno (AEE, sala multifuncional, atendimentos de profissionais especializados, entre outros) devem estar estreitamente relacionadas com ações pedagógicas do turno e vice-versa. Nesse sentido, o centro do trabalho pedagógico é aquele realizado em sala de aula, sendo tais intervenções de contraturno parte da estrutura de apoio à promoção da educação da criança.

Portanto, mais do que contemplar ações ou intervenções instrumentais a inclusão escolar deve ser compreendida como um princípio ético e democrático do trabalho pedagógico. (NUERNBERG, FORTKAMP, KUHNEN, 2009, p. 1 e 2).

Essas diretrizes expressam uma compreensão da importância das práticas pedagógicas em uma perspectiva inclusiva, fazendo parte dos eixos norteadores da Proposta Curricular do NDI, com o objetivo de garantir uma educação de qualidade para todas as crianças matriculadas, engajando-se em oferecer a todas as crianças uma educação que contribua para o seu desenvolvimento.

A Proposta Curricular do NDI indica que um importante desafio da educação infantil é superar a ideia de que só é possível abordar questões sobre diversidade na presença de crianças que apresentam diferenças raciais, étnicas, de gênero, de deficiência, de origem geográfica, entre outras. Para tanto, aponta para a valorização de práticas pedagógicas que possam superar preconceitos e valorizar diferenças como constituidoras de todas as pessoas (UFSC, 2014, p.38).

Desse modo, reafirma a importância da educação infantil na vida das crianças, já que é nessa etapa que ocorrem as primeiras aprendizagens, que são estruturantes e servem de base afetiva, cognitiva e social, alicerce para o desenvolvimento ao longo da vida. Para que essa base seja construída, é fundamental que as instituições educacionais e os professores desenvolvam um trabalho pedagógico direcionado para a diversidade, possibilitando condições para o desenvolvimento integral da criança como sujeito de direito, considerando as especificidades e a singularidade de cada criança.

Para uma compreensão da importância das práticas pedagógicas em uma perspectiva inclusiva, o NDI, os professores e toda a equipe pedagógica precisam garantir o acesso de todas as crianças e dar o apoio necessário para a sua participação, planejando e desenvolvendo as atividades próprias da educação infantil de forma a favorecer a interação entre as crianças com e sem deficiência nos diferentes ambientes, proporcionando a plena participação de todos.

É ilusório pensar que as escolas e instituições de educação infantil possuem um planejamento pronto e estão preparadas para receber crianças com deficiência. Cada criança é um sujeito com necessidades e especificidades únicas que tornam o processo de aprendizagem singular. Cabe ao professor assumir com um olhar atento o seu projeto e planejamento de modo inclusivo.

Segundo Nuernberg, Fortkamp, e Kuhnen (2009), o trabalho de inclusão de crianças com deficiência no NDI é parte integrante da Proposta Curricular desta instituição. Esse trabalho exigiu:

estratégias administrativas, pedagógicas e formativas, envolvendo professores, direção, equipe interdisciplinar (psicóloga, enfermeira, pedagogo, professor de educação física e arte educadora), coordenação pedagógica, estagiários de psicologia e pedagogia e supervisores acadêmicos (Nuernberg, Fortkamp, Kuhnen, 2009, p.2).

Em 2009, a equipe Pedagógica do NDI contou com o apoio e consultoria do Departamento de Psicologia, por meio de projeto de extensão coordenado pelo Prof. Adriano, que naquele momento participava das reuniões da equipe e supervisionava os estagiários de psicologia. Da mesma forma, a Prof^a Maria Sylvia, do Curso de

Pedagogia, que desenvolvia no turno matutino as atividades de suporte ao trabalho pedagógico com crianças com deficiência e orientava as estagiárias de pedagogia.

No período de 2012 a 2017 o NDI desenvolveu o projeto de extensão “Inclusão escolar de crianças com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC” com a psicóloga Camilla de Amorim Ferreira em parceria com a Prof^a Maria Sylvia. Segundo Ferreira e Carneiro (2019), neste período foram desenvolvidas diferentes atividades com foco nos processos inclusivos de crianças com deficiência no NDI: propostas de ações de formação continuada para os professores, técnicos e estagiários, além da promoção de espaços de discussão e partilha de experiências, momentos de estudo e de discussão teórica.

Dentre as ações desenvolvidas naquele período, destacam-se atividades de apoio ao trabalho pedagógico por meio de reuniões multiprofissionais, no decorrer das quais surgiram questões referentes à inclusão das crianças com deficiência que eram discutidas com os professores de sala, estagiários, equipe técnica da instituição e professores dos cursos de Psicologia e Pedagogia. Também aconteceram as supervisões e orientações dos estagiários, formações temáticas para toda a equipe da instituição. Para contribuir com o trabalho pedagógico da instituição e orientação às famílias, profissionais da UFSC e de instituições especializadas foram convidadas para participar de diferentes atividades.

A partir do ano de 2017, fiz parte do projeto de extensão acima referido, atuando como estagiária (estágio não obrigatório).

A cada 15 dias participávamos das supervisões com a Prof^a Maria Sylvia e com a Psicóloga Camilla. Como havia um número grande de estagiários (dois por turma), a estratégia foi organizar grupos de supervisão. Em cada grupo, previamente organizado pela psicóloga Camilla, participava um estagiário de cada turma. Nessas reuniões conversávamos, solicitávamos apoio nas dúvidas que surgiam no dia-a-dia como: relação pessoal entre estagiário e professor, dificuldade de interagir e compreender o professor, comportamentos, atitudes de determinada criança, como agir e interagir com a criança com deficiência, entender e compreender as múltiplas deficiências.

O NDI desde então tem desenvolvido rodas de conversas, palestras e outras atividades com temáticas voltadas à inclusão escolar de crianças com deficiência,

como práticas de formação para os estagiários, professores e funcionários. Conforme já referido anteriormente, o NDI desenvolve projetos de extensão desde sua criação. Um desses projetos, desenvolvido de 2012 a 2017, com diferentes ações voltadas aos processos inclusivos de crianças com deficiência, está consolidado na proposta pedagógica da instituição, por isso, neste momento não há um projeto específico voltado à inclusão, mas percebe-se que as práticas pedagógicas se pautam em princípios inclusivos. Sendo assim, percebe-se um esforço para que todos os profissionais e estagiários da instituição se envolvam, de alguma forma, nas discussões e ações voltadas à inclusão escolar de crianças com deficiência na educação infantil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como foi se constituindo historicamente o trabalho de inclusão escolar das crianças com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC.

A pesquisa foi realizada a partir de trabalhos acadêmicos, documentos, Proposta Curricular do NDI, site oficial do NDI, projetos e trabalhos de extensão da Instituição e complementada pelas entrevistas e conversas informais com diferentes profissionais da instituição. Um dos principais resultados alcançados foi mostrar que o NDI articula as ações de inclusão de crianças com deficiência às atividades pedagógicas planejadas e desenvolvidas com todas as crianças, dentro dos princípios definidos na Proposta Curricular. A inclusão é compreendida, na instituição, como um princípio da sua proposta pedagógica.

Desta forma, a instituição se organiza para atender todas as crianças, em uma perspectiva inclusiva com a participação e envolvimento de todos os profissionais e estagiários que ali atuam.

Como o NDI é uma instituição de Educação Infantil, vinculada à UFSC, mais especificamente ao CED, seu trabalho obedece aos princípios da indissociabilidade entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão. Sua trajetória está entrelaçada aos movimentos de mulheres que lutavam para a abertura de uma creche em seus locais de trabalho. O NDI foi fundado em maio de 1980, com vagas destinadas apenas para o setor berçário para as mães que trabalhavam na universidade.

O NDI, além de sua tarefa de cuidar e educar crianças na faixa etária de zero a cinco anos, funciona como um laboratório de socialização de conhecimentos, através do ensino e da formação de profissionais de diferentes áreas, em sua maioria professores, permitindo o desenvolvimento de novas pesquisas e novas práticas pedagógicas e curriculares. Certamente que o NDI difere de muitas outras instituições educacionais públicas e privadas, pois conta com condições físicas, materiais e recursos humanos diferenciados em relação a outras instituições de educação infantil.

Outro diferencial do NDI está nas condições de trabalho e oportunidades oferecidas aos professores e demais profissionais que ali atuam. A maioria dos

profissionais são da carreira pública federal, seja da carreira docente ou técnica, com carga horária de 40 horas. Os professores cumprem uma carga horária de ensino (trabalho direto com as crianças) de 24 horas semanais. As outras 16 horas são para pesquisa e extensão, incluindo participação em eventos científicos, produção de textos acadêmicos, participação em projetos de pesquisa e de extensão, planejamento, estudos, discussões em grupo, atendimento às famílias, entre outros.

A ideia inicial da pesquisa foi de compreender como ocorre a inserção das crianças com deficiência na educação infantil e a partir do ingresso, como o NDI articula as ações de inclusão dessas crianças. Para tanto, foram analisados todos os editais de ingresso das crianças no NDI.

A pesquisa documental foi realizada, inicialmente, pela análise de documentos que definiram número de vagas e critérios de ingresso no NDI, a partir do ano de 1980 até 2019, para compreender alguns marcos históricos referentes à inserção das crianças com deficiência.

A metodologia utilizada favoreceu a compreensão de que o NDI sempre atendeu crianças com deficiência, antes mesmo do edital de 2012 ter previsto 5 % das vagas para essas crianças. Outro marco histórico importante foi o ano de 2014, quando a forma de ingresso das crianças no NDI passou a ser por meio de sorteio público universal, com reserva de 5% das vagas para crianças com deficiência. A partir de 2016, como resultado de um Inquérito Civil instaurado no MPF/SC, os editais de ingresso passaram a prever o número de vagas para ingresso, com pelo menos uma criança com deficiência em cada grupo. Os editais passaram a prever também que crianças com deficiência passam a concorrer a vagas tanto na lista especial (com deficiência) quanto na lista geral (sem deficiência), aumentando suas chances de ingresso no NDI.

Não foi possível localizar, em nenhum material disponibilizado para a pesquisa, dados sobre o número de crianças com deficiência que frequentaram o NDI entre os anos de 1980 até 2012. Os dados de matrícula de crianças com deficiência no período de 2013 a 2019 mostram que o número de crianças com deficiência vem aumentando a cada ano.

A efetivação das políticas públicas de educação especial em uma perspectiva inclusiva está vinculada aos eixos norteadores da proposta curricular do NDI. Destaca-se a inclusão como um princípio que se articula com todos os demais e que se volta a todas as crianças matriculadas. A instituição não se limita a receber as crianças com deficiência, mas está engajada em oferecer a todas uma educação que contribua para o desenvolvimento máximo de suas potencialidades por meio de um trabalho pedagógico qualificado.

Todos os profissionais estão envolvidos, de alguma maneira, com a proposta pedagógica institucional, pautada por princípios inclusivos. Como o NDI desenvolve desde 2006 projetos relacionados a diferentes ações de suporte à inclusão escolar de crianças com deficiência, percebe-se que neste momento os princípios inclusivos estão incorporados em suas práticas pedagógicas. Portanto, parece não haver mais a necessidade de um projeto de inclusão no NDI. As práticas pedagógicas ali desenvolvidas compõem uma proposta curricular que considera as especificidades de cada criança, possibilitando a participação de todos.

Para a realização desta proposta é fundamental a articulação da equipe multiprofissional e dos professores numa perspectiva inclusiva, com a efetivação de ações tais como o planejamento, orientação aos estagiários, auxílio às professoras de sala e realização de atividades de formação continuada.

Os professores, estagiários e auxiliares de sala se revezam no atendimento às necessidades específicas das crianças com deficiência. Não existe, no NDI, uma pessoa que assuma toda a responsabilidade pelas demandas de uma única criança; o professor é responsável por todas as crianças, principalmente pela criança com deficiência.

Mesmo com a ausência de profissionais na área de educação especial até o início de 2019, é possível constatar que o NDI já desenvolvia práticas pedagógicas inclusivas, seja por meio de projetos de extensão, de orientações a estagiários e professores e mesmo de formações pedagógicas. Um exemplo de projeto é o que foi desenvolvido pelo Professor Adriano Henrique Nuernberg, do Departamento de Psicologia, que tinha como proposta dar suporte à atuação dos estagiários de psicologia e professores em turmas com crianças com deficiência.

Por fim, conclui-se que esta pesquisa pode ser utilizada, futuramente, como fonte de informações para outros trabalhos acadêmicos, que explorem temas relacionados à educação infantil, crianças com deficiência e inclusão escolar. Também pode ser utilizada pelo próprio NDI, como um instrumento para a tomada de decisão de seus gestores, uma vez que apresenta dados sistematicamente organizados da própria instituição e de ações que podem se tornar boas práticas no contexto da inclusão das crianças com deficiência. A pesquisa pode, ainda, servir como uma referência para outras instituições de ensino, organizações não governamentais e diferentes profissionais da educação, que buscam desenvolver projetos com a perspectiva de inclusão escolar de crianças com deficiência.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n.2**, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB** nº9394/96. 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, DF, jan. 2008. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em: 23 jan 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 5**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3749-resolucao-dcnei-dez-2009&category_slug=fevereiro-2010-pdf&Itemid=30192>
Acesso em: 30 set 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB/CNE nº 1** de 10 de março de 2011. Fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações.
<https://nditeste.paginas.ufsc.br/files/2012/11/Resolu%C3%A7ao-n-1-10-03-2011.pdf>
Acesso em: 22 Jan 2020.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 26 nov 2019.

FERREIRA, Camilla de Amorim. CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC. In: GESSER, M. *et al.* (orgs.). **Psicologia e pessoas com deficiência. Florianópolis: Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – CRP – 12: Tribo da Ilha**, 2019. 96p. p. 83-91.

FERREIRA, Camilla de Amorim. FORTKAMP, Eloisa Helena Teixeira. LÓPEZ, Graziela Maria Beretta. JORDÃO, Sônia Maria. O trabalho de inclusão escolar de alunos com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO ESCOLAR, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** : CAP-UERJ.

Disponível em: http://www.ferreira_et_al.pdf Acesso em: 11 dez 2019.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

KUHLMANN JR, Moysés. **Histórias da Educação Brasileira**. Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago, nº 14, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** / Mirian Goldenberg. – 8ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

<http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>

Acesso em: 22 jan 2020.

GERHARD, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 30 julh 2019.

LÓPEZ, Graziela Maria Beretta, **As políticas de educação inclusiva para a educação infantil no Brasil – anos 2000** / Graziela Maria Beretta López. Orientação Profa. Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia. Florianópolis, 2010.

Morin, Edgar, 1921- Os sete saberes necessários à educação do futuro / Edgar Morin; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NUERNBERG, Adriano Henrique. **Psicologia e Inclusão Escolar**. Plano de trabalho para estagiários do curso de psicologia do Colégio de Aplicação e do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC. Março 2008.

NUERNBERG, Adriano Henrique. FORTKAMP, Eloísa Helena T. KUHNEN, Roseli Terezinha. **O trabalho de inclusão escolar de alunos com deficiência do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis; UFSC. 2008. 4p.Trabalho não publicado.

PADILHA, Adriana Cunha. A educação infantil e a criança com deficiência: desafios e possibilidades da autora. Rev. Educ.PUC-Camp., Campinas, 18(1):55-63, jan./abr.,2013. Disponível em:
<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/1898/1726> Acesso em: 24 Jan 2020.

RAUPP, Marilene Dandolini. **A Educação nas Universidades Federais: questões, dilemas e perspectivas. 2002.** Dissertação (Mestrado em educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RAUPP, Marilene Dandolini. **Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC: contornos da sua trajetória.** 2011, (p.1-21). Disponível em:
https://ndi.ufsc.br/files/2011/10/Artigo.historia.NDI_UFSC.pdf Acesso em: 29 jan 2020.

SANTA CATARINA. Ministério Público. **Recomendação nº 13**, de 27 de fevereiro de 2015. Inquérito Civil nº 1.33.000.003569/2014-34. DMPF nº 42/2015- Extrajudicial. Publicação 5 de março de 2015. (p.99-100). Disponível em:
http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/8850/DMPF-EXTRAJUDICIAL-2015-03-04_042.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 25 nov 2019.

TOZONI-REIS, Maria Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE, 2009.
<<https://teologiaediscernimento.files.wordpress.com/2015/04/metodologia-da-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 30 julh 2019.

UFSC. Centro de Ciências da Educação Núcleo de Desenvolvimento Infantil. **Edital nº 01/NDI/2012**, 02 de março de 2012. Disponível em: <https://ndi.ufsc.br/>. Acesso em: 13 jan 2020.

UFSC. Centro de Ciências da Educação Núcleo de Desenvolvimento Infantil. **Edital nº 03/NDI/2014**, 31 de outubro de 2014. Disponível em: <https://ndi.ufsc.br/>. Acesso em: 13 jan 2020.

UFSC. Centro de Ciências da Educação Núcleo de Desenvolvimento Infantil. **Edital nº 02/NDI/2016**, 31 de outubro de 2016. Disponível em: <https://ndi.ufsc.br/>. Acesso em: 13 jan 2020.

UFSC. Centro de Ciências da Educação Núcleo de Desenvolvimento Infantil. **Edital nº 02/NDI/2017**, 31 de outubro de 2017. Disponível em: <https://ndi.ufsc.br/>. Acesso em: 13 jan 2020.

UFSC. Centro de Ciências da Educação Núcleo de Desenvolvimento Infantil. **Edital nº 03/NDI/2018**, 31 de outubro de 2018. Disponível em: <https://ndi.ufsc.br/>. Acesso em: 13 jan 2020.

UFSC. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Parecer nº 91/CEPE/94**.

UFSC. NDI. **Proposta Curricular** Volume I. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <<http://ndi.ufsc.br/files/2015/04/Proposta-Crricular-do-NDI.pdf>>. Acesso em: 24 julh 2019.

UFSC. Gabinete do Reitor. **Portaria nº 0118**, 07 de abril de 1980. Disponível em: <http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>. Acesso em: 13 jan 2020.

UFSC. Gabinete do Reitor. **Portaria nº 0119**, 07 de abril de 1980a. Disponível em: <http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>. Acesso em: 13 jan 2020.

UFSC. Gabinete do Reitor. **Portaria nº 0140**, 17 de abril de 1980b. Disponível em: <http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>. Acesso em: 13 jan 2020.

UFSC. Gabinete do Reitor. **Portaria nº 1078**, 23 de novembro de 1988. <http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>. Acesso em: 13 jan 2020.

YIN. Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – Declaração NDI

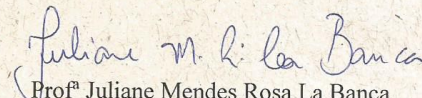


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que tomei conhecimento do Projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica de Pedagogia **Mônica Cunha dos Santos**, orientada pela Prof^a Dr^a Maria Sylvia Cardoso Carneiro, com o título provisório: **A inclusão escolar das crianças da educação especial no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina.**

Estou de acordo com a realização da coleta de dados nessa instituição, que seguirá princípios éticos para a pesquisa em ciências humanas.


Profª Juliane Mendes Rosa La Banca
Diretora do NDI

Juliane Mendes Rosa La Banca
Diretora do Núcleo de Desenvolvimento Infantil
CED/UFSC
Portaria 1504/2019/GR

APÊNDICE B - Roteiro Entrevista com Psicóloga Camilla de Amorim Ferreira

1) O NDI vem recebendo matrículas de crianças com deficiência desde o ano de 2012, resguardando 5% das vagas para essas crianças com deficiência.

a) Como a equipe multiprofissional avalia o atendimento que vem sendo oferecido a essas crianças?

b) Como a instituição tem articulado o trabalho pedagógico para atender essas crianças?

c) É feito algum trabalho específico com as famílias das crianças com deficiência? E com as demais famílias, sobre algumas especificidades de crianças com deficiência?

2) Há um limite de número de crianças com deficiência por turma?

3) O NDI desenvolveu no ano de 2006, Projeto de Inclusão, com vários profissionais que participaram na época, (você tem cópia desse projeto) esse projeto ainda existe? Se existe como funciona quem faz parte?

4) A equipe do NDI durante o projeto nos anos de 2008 – 2009, contava com o apoio e consultoria do Departamento de Psicologia, por meio de projeto de extensão coordenado pelo professor Drº Adriano Henrique Nuernberg, que na época do projeto participa das reuniões da equipe e supervisionava os estagiários de psicologia. Da mesma forma, a professora Maria Sylvia Cardoso Carneiro do Curso de Pedagogia, que desenvolvia no turno matutino as atividades de suporte ao trabalho pedagógico e orientava as estagiárias de pedagogia. Para o NDI qual o impacto da contribuição do Adriano?

a) Esse projeto ainda permanece no NDI?

b) Se permanece quem faz parte dessa equipe?

5) Como acontecem os encontros de formação?

6) Camilla poderia falar um pouco sobre os Projetos de Formação dos Estagiários? Entre os anos de 2017 até 2019, se aconteceu alguma formação com a temática relacionada á crianças com deficiência?

7) O NDI atualmente atende em torno de quantas crianças, o numero de turmas são quantas?

8) O NDI passou a ter crianças com deficiência a partir de 2012, tem como fazer um levantamento dessas crianças?

a) Se há algum registro e como as professoras e equipe pedagógica lidavam com as demandas.

b) Como iniciou a ideia de se ter estagiários para apoiar as turmas com crianças com deficiência.

c) Os projetos, estágios e outras ações iniciaram em função da necessidade de qualificar a prática pedagógica também com essas crianças?

9) Gostaria de saber quantos metros quadrados o NDI possui?

10) Informação sobre a Pedagoga em Educação Especial, como se deu a entrada dela no NDI, quais são suas funções?

APÊNDICE C -

Roteiro Entrevista com Prof. Dr. Adriano Henrique Nuernberg

Objetivo: Compreender melhor as contribuições do projeto de estágio não obrigatório para o trabalho pedagógico com as crianças com deficiência no NDI.

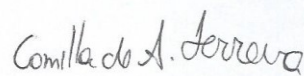
1. No ano de 2008 o Professor elaborou em parceria com a Prof.^a Maria Sylvia um Plano de trabalho para estagiários do curso de psicologia (Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil) da UFSC. Esse plano de trabalho foi uma solicitação do NDI ou uma proposta para definir a atuação dos estagiários?
2. O projeto alcançou os objetivos propostos?
3. Em sua avaliação, qual foi a contribuição desse Plano (ou Projeto?) para o desenvolvimento de ações pedagógicas inclusivas no NDI?

APÊNDICE D – Autorização Camilla

AUTORIZAÇÃO

Eu, **Camilla de Amorim Ferreira**, participei voluntariamente como entrevistada, do trabalho de pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da estudante Mônica Cunha dos Santos, sob orientação da Prof^a Dra. Maria Sylvia Cardoso Carneiro. O trabalho se intitula: **Apontamentos históricos sobre a inclusão de crianças com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina**, tendo como objetivo geral compreender como foi se constituindo historicamente o trabalho de inclusão escolar das crianças com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC. Considerando que atuo como psicóloga no NDI e que há referências ao meu nome em diferentes documentos analisados pela pesquisadora, alguns deles disponíveis no site da instituição, autorizo a utilização das informações concedidas na entrevista, bem como minha identificação no texto do trabalho.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2020.

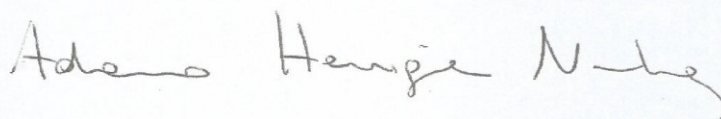

Camilla de Amorim Ferreira

APÊNDICE E – Autorização Adriano

AUTORIZAÇÃO

Eu, **Adriano Henrique Nuernberg**, participei voluntariamente como entrevistado, do trabalho de pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da estudante Mônica Cunha dos Santos, sob orientação da Profª Dra. Maria Sílvia Cardoso Carneiro. O trabalho se intitula: **Apontamentos históricos sobre a inclusão de crianças com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina**, tendo como objetivo geral compreender como foi se constituindo historicamente o trabalho de inclusão escolar das crianças com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC. Considerando que há referências ao meu nome em diferentes documentos analisados pela pesquisadora, alguns deles disponíveis no site do NDI, autorizo a utilização das informações concedidas na entrevista, bem como minha identificação no texto do trabalho.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2020.



Adriano Henrique Nuernberg